



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 9 de agosto de 2012

<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Termoplásticos preparam ações para 'frear' demissões no PIM.....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Samsung vai contratar para produzir telefones de última geração no Polo Industrial de Manaus .....	2
VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Pressão de servidores faz governo negociar reajuste .....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Queda na arrecadação deve levar Dilma a adiar cortes de impostos.....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Servidores federais cercam o Planalto .....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Dilma endurece com grevistas.....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PORTAL A CRÍTICA</b> Programa Selo Amazônico instala comitê gestor, no AM .....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	



VEÍCULO <b>AMAZONAS EM TEMPO</b>	EDITORIA	
TÍTULO <b>Termoplásticos preparam ações para 'frear' demissões no <u>PIM</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

**Após acumular nos últimos sete meses 2.998 demissões, o setor termoplástico do Polo Industrial de Manaus (PIM) planeja ações para frear a 'onda de desemprego' que se apoderou das 52 fábricas que atuam na região.**

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Material Plástico de **Manaus** (Sindplast), Francisco Brito, está sendo preparada uma pesquisa junto às fábricas para averiguar a extensão da crise no setor.

“Pelo menos neste início de agosto, as demissões têm sido pontuais. Mesmo assim, essa pesquisa vai ajudar na composição de um documento que será encaminhado ao sindicato patronal para saber quais as reais causas de tanta demissão”, explicou.

Para o diretor executivo do Sindicato das Indústrias de Material Plástico de **Manaus** (Simplast), Paulo Abreu, a ideia inicial é tornar esse levantamento um instrumento único que sirva para pleitear um possível reexame do Processo Produtivo Básico (**PPB**) do setor.

“Estamos fazendo reuniões contínuas e trabalhando junto com os operários para solucionar os atuais gargalos”, completou.

O polo termoplástico passa por um momento difícil em virtude da redução das vendas para o setor de motocicletas, principal consumidor dos produtos 'made in **Amazonas**', e devido à redução do uso de resinas plásticas nas TVs de LCD (Display de Cristal Líquido).

	VEÍCULO <b>DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u></b>	EDITORIA
	TÍTULO <b>Samsung vai contratar para produzir telefones de última geração no Polo Industrial de <u>Manaus</u></b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

**Empresa coreana investe em planta de Manaus para aumentar a produção dos aparelhos Galaxy S III e Galaxy Note, os mais modernos smartphones do mercado.**

**Manaus** - A fábrica da Samsung, em **Manaus**, abriu mais vagas de empregos para cobrir a expansão da linha de celulares e deve encerrar 2012 com 6 mil empregos. Na contramão da concorrente Nokia, em crise sem precedentes, a empresa pode até dobrar a produção neste ano em sua segunda maior unidade industrial do mundo, atrás apenas da sede em Seul, na Coreia.

**A multinacional irá 'turbinar' a produção do Galaxy S III e iniciar a fabricação do Galaxy Note nos próximos meses, no Polo Industrial de Manaus (PIM).**

A multinacional coreana vai investir, principalmente, na ampliação da fabricação do Galaxy S III, no **PIM**. "Eles já tem uma linha de produtos 'top' e agora querem expandir, nesse ano eles trouxeram o Galaxy S III, que foi lançado no mundo inteiro para concorrer com o Iphone, eles vão aumentar enormemente a produção do S III e estão trazendo o Note para **Manaus**", informou o **Superintendente** da **Zona Franca** de **Manaus**, Thomaz Nogueira.

A entrevista foi concedida na Câmara Municipal de **Manaus** (CMM), no último dia 18, quando a Samsung recebeu uma homenagem por bom desempenho industrial. Instalada na **Zona Franca** de **Manaus** desde 1995, "a empresa é a segunda em faturamento do polo industrial e passou a investir em desenvolvimento tecnológico com o objetivo de tornar-se uma das cinco maiores produtoras no segmento", segundo informações do site da CMM.

### **Ampliação**

O coordenador-geral de Acompanhamento de Projetos Industriais da **Suframa**, Gustavo Igrejas, confirmou que a empresa iniciará a produção do novo produto na **Zona Franca** de **Manaus** ainda neste ano. "As informações são de que, ainda este ano, nos próximos meses, a empresa

deve começar a produção do Note no Polo Industrial de **Manaus**, onde já produz o Galaxy S III", disse. O Galaxy Note é classificado como smartphone, que já possui Processo Produtivo Básico (**PPB**) aprovado.

Na última reunião do Conselho Administrativo da **Suframa** (CAS), a Samsung Eletrônica da **Amazônia** teve um projeto de diversificação aprovado com investimentos fixos de US\$ 95,5 milhões. Segundo a pauta, o valor será investido na produção de placa de circuito impresso (PCI) montada de uso em informática.

A fábrica de **Manaus** passa por um plano de ampliação, no bairro Armando Mendes zona leste de **Manaus**. No início de junho deste ano, um consultor sul-coreano morreu no local durante a vistoria da obra. Na ocasião, um engenheiro da empresa, que não quis se identificar, afirmou que com a ampliação, as produções de celulares e tablets, somadas, chegariam a 30 milhões de unidades.

Por meio da assessoria de imprensa, a Samsung informou que não divulga o número de contratações. A empresa já comercializa o Galaxy Note, fabricado em outras unidades da coreana, desde dezembro do ano passado. O preço sugerido do produto é de R\$ 1.999,00. No site da empresa, o modelo é anunciado como uma "nova categoria que une benefícios de um tablet com a portabilidade de um smartphone".

### **Críticas**

O presidente da Samsung criticou a qualidade e o custo da mão de obra local. Segundo ele, a empresa espera contar com a ajuda da **Suframa** e da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (**Fucapi**) para desenvolver a capacidade necessária.

"Em relação à qualidade de mão de obra, ainda é um pouco baixa. A nossa programação é que essa mão de obra precisa ser treinada, precisa entrar num programa de treinamento de especificação, de técnica, precisamos da ajuda da **Suframa**, do apoio da **Fucapi** pra que possamos

construir mão de obra com tecnologia, investindo em programas”, disse.

Além da análise negativa da qualidade da mão de obra de **Manaus**, Chun Jae Lee classificou o gasto com os empregados como “o mais alto do mundo inteiro”.

“O custo de mão de obra é o mais alto no mundo inteiro. De forma que até a nossa matriz se assustou um pouco também. O que é necessário é tentar ajustar esse custo de mão de obra em relação à produtividade de forma que elas possam se compensar”, afirmou.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Pressão de servidores faz governo negociar reajuste</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Pressionado por parte do funcionalismo federal em greve, o governo desencadeou operação para esvaziar o movimento, que ontem se espalhou por vários Estados e expôs o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) a vaias. Após um dia de manifestações pelo País e promessas de mais paralisações, o governo sinalizou que vai atender, pelo menos em parte, os servidores em greve. A ministra Miriam Belchior (Planejamento) disse que o governo está finalizando as contas para saber que tipo de reajuste será possível apresentar aos funcionários federais que estão em operação padrão ou de braços cruzados. Segundo sindicalistas, cerca de 350 mil servidores de 26 categorias aderiram à greve. Protesto de policiais rodoviários federais provocou 10 quilômetros de congestionamento na Via Dutra

**Onda de greves aumenta, bate à porta do Planalto e governo admite negociar**

**Com protestos pelo País, equipe de Dilma diz que pode atender a parte das reivindicações; Palácio foi alvo de manifestação e ministro, de vaia**

**Tânia Monteiro**

**Débora Álvares**

**Rafael Moraes Moura/ BRASÍLIA**

Acuado por parte do funcionalismo público em greve, o governo desencadeou uma operação para esvaziar o movimento, que ontem se espalhou por vários Estados, expôs um ministro do núcleo próximo da presidente Dilma Rousseff a vaias e levou o conflito para as portas do Palácio do Planalto. Após um dia de manifestações pelo País, o governo sinalizou que vai atender a pelo menos parte das reivindicações. A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, afirmou que o governo ainda está finalizando as contas para ver que tipo de reajuste será possível apresentar aos servidores que estão em operação-padrão ou de braços cruzados. "Preferimos uma análise mais detida para apresentar uma proposta responsável aos servidores", declarou a ministra, depois de

repetir o discurso do governo sobre as dificuldades em consequência da crise econômica internacional. "Iniciamos o ano com uma perspectiva melhor do que ocorreria com a economia. Em maio, junho, o que se viu foi um cenário nublado, muito difícil, que fez com que o governo tivesse de refazer suas contas." Segundo Miriam, "a posição do governo é de absoluta atenção "em relação aos serviços afetados pelas greves. "Precisamos garantir que os serviços sejam prestados, para que não haja paralisa nas instituições, como nos portos, para evitar qualquer comprometimento na prestação dos serviços.

Vaias. Um dos interlocutores mais próximos de Dilma, o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral) foi recebido com vaias e teve o discurso interrompido várias vezes ao abrir a Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, em Brasília. "Este é um governo que tem responsabilidade, que o tempo todo dialogou e em nenhum momento foi dito que não haveria proposta para os trabalhadores. O que não faremos são atos de demagogia, que podem pôr em risco a economia do País", discursou Carvalho sob vaias de servidores. "Lamento profundamente e espero que as centrais sindicais, com quem dialogamos e com quem temos uma relação tensa, mas cordata, chame a atenção desse setor que se nega ao diálogo." O ministro foi recebido aos gritos de "pelego" e "traidor" por parte do público, que também entoou em coro: "A greve continua, Dilma, a culpa é sua". Em outro evento— o anúncio do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais —, servidores exibiram faixas com os dizeres: "Dilma, me chama de Copa do Mundo e investe em mim" e "Será possível um "Brasil sem Miséria" sem serviços públicos de qualidade?"

Balanço. Segundo a Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, que representa 80% do funcionalismo, cerca de 350 mil servidores de 26 categorias aderiram à greve. Policiais federais, que hoje completam três dias de paralisação, organizaram protestos em rodovias e operações-padrão em aeroportos. Uma carreata em Brasília travou a Esplanada dos **Ministérios**

ontem à tarde e teve apoio até de policiais do Distrito Federal. Com a pressão, as categorias foram recebidas pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e pelo secretário de Relações do Trabalho do **Ministério** do Planejamento, Sérgio Mendonça, em reuniões separadas,

para tentar acalmar os ânimos. Ainda assim, Brasília terá mais protestos. Hoje, uma marcha pela manhã deve interditar de novo a Esplanada. Na semana que vem, está previsto um acampamento em frente ao Congresso.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Queda na arrecadação deve levar Dilma a adiar cortes de impostos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Presidente disse a integrantes da equipe econômica que pretende cumprir meta de superávit das contas públicas em 2012 e 2013**

**Adriana Fernandes e Renata Veríssimo, da Agência Estado**

BRASÍLIA - A preocupação em atingir a meta de superávit fiscal e as incertezas com o comportamento da arrecadação de impostos devem levar a presidente Dilma Rousseff a adiar a ampliação dos cortes de impostos para as empresas. A primeira ação será vetar parcialmente as reduções de impostos incluídas por parlamentares na Medida Provisória (MP) 563, que ampliou o Plano Brasil Maior. A votação da MP foi concluída ontem pelo Senado.

Segundo apurou o Estado, a presidente deve optar por esperar mais tempo antes de dar o sinal verde à equipe econômica para novos cortes de tributos. O que está garantido, no momento, é o abatimento de impostos para reduzir a conta de luz, principalmente das empresas, e a definição das novas regras para concessões públicas e medidas de estímulo aos investimentos.

Depois de intensos debates no governo, a presidente sinalizou que prefere, no momento, preservar a meta de superávit primário das contas do setor público (a economia para pagamento dos juros da dívida) em 2012 e 2013. Na semana passada, a área técnica apresentou à presidente números que mostram não haver espaço para fazer uma ampliação dos benefícios fiscais.

Serão barradas não só a inclusão de mais setores na desoneração da folha de pagamento das empresas, mas outros tipos de reduções de tributos adicionadas na MP pelos parlamentares sem a concordância da equipe econômica.

A lista final da medida provisória incluiu setores de transporte rodoviário, aéreo (carga e passageiros) e navegação, manutenção de aviões, motores, componentes e equipamentos e brinquedos. "A presidente terá de passar uma caneta", disse uma fonte do governo. O Ministério da Fazenda continuará negociando com cada setor.

**Brechas**

Ao vetar a ampliação das desonerações, o governo deve argumentar que o texto da MP dá brechas para que algumas desonerações entrem em vigor já este ano, apesar de o acordo inicial prever cortes de impostos apenas em 2013.

O governo também tem encontrado dificuldades em acomodar no Orçamento do próximo ano - que chega ao Congresso até o fim do mês - a redução de receitas aprovada pelos parlamentares.

**Reviravolta**

Embora a presidente Dilma tenha incluído as desonerações na lista dos três pilares da "matriz macroeconômica", a preocupação fiscal está prevalecendo. "Está havendo uma reviravolta", disse uma fonte.

Um grupo importante de integrantes da área econômica preferia que a presidente reduzisse o peso dos tributos, mesmo que fosse necessário fazer um superávit menor.

Nos últimos meses, o debate em torno da flexibilização da política fiscal se acirrou no governo. Uma das maiores pressões vem do Ministério do Planejamento.

A secretária de Orçamento Federal, Célia Corrêa, tem defendido a incorporação das demandas dos Ministérios à proposta orçamentária de 2013, mesmo que para isso a meta de superávit primário seja reduzida.

Embates entre o secretário do Tesouro, Arno Augustin, e a secretária têm sido constantes nas reuniões da Junta Orçamentária. Ela tentou recentemente ampliar em mais R\$ 18 bilhões as despesas dos Ministérios, levando as propostas para a reunião sem avaliação preliminar do Tesouro.

Augustin teria se irritado com a postura da secretária e mandou sua equipe fazer uma análise dos pleitos de cada Ministério. Na visão do Ministério da Fazenda, o Planejamento não tem cumprido o papel de barrar as pressões de gastos vindas de outros Ministérios.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Servidores federais cercam o Planalto</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Defendendo reajustes de até 52%, grevistas entram em confronto com a polícia em Brasília**

**Givaldo Barbosa**

BRASÍLIA e São Paulo. A menos de um mês do fim do prazo para o envio da proposta orçamentária ao Congresso Nacional, os servidores públicos federais das chamadas carreiras de Estado, considerados a elite do funcionalismo, pararam ontem a Esplanada dos **Ministérios**. Em busca de reajustes salariais de até 52%, os manifestantes entraram em confronto com a Polícia Militar no fim do dia, na Praça dos Três Poderes, quando tentavam chegar até a rampa do Palácio do Planalto.

Segundo o movimento, cerca de três mil trabalhadores participaram dos protestos. A PM, no entanto, estima no máximo 600 pessoas. Em meio à confusão, a polícia chegou a agredir jornalistas e fotógrafos. Mas nem o uso de cassetetes e gás de pimenta conteve os grevistas, que chegaram ao pé da rampa do Planalto, lá ficando por cerca de 40 minutos. Ninguém ficou ferido.

Para justificar os pedidos de reajustes tão expressivos, os manifestantes citaram o salário da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que beira os R\$ 50 mil líquidos, segundo o Portal da Transparência. Participaram dos protestos servidores do Judiciário, das polícias Federal e Rodoviária Federal, da Receita Federal e da Advocacia-Geral da União. O secretário-geral da Presidência da

República, Gilberto Carvalho, foi recebido com vaias e gritos de "pelego" e "traidor" na Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, que teve de ser encerrada antes do previsto.

Apesar de as greves já terem a adesão de cerca de 300 mil servidores federais, a ministra do Planejamento disse que o governo precisou refazer as contas por causa da crise financeira global. Segundo ela, a equipe econômica está fechando esta semana os números para saber que proposta apresentar aos servidores.

Nos bastidores, as autoridades trabalham com a possibilidade de atender a pedidos específicos, como já ocorreu este ano. Ontem, foi publicada a sanção da lei que concede aumento de 2% a 31% para 937 mil servidores do Executivo, único grupo contemplado no Orçamento deste ano, ao custo de R\$ 1,5 bilhão.

Em São Paulo, os servidores do Judiciário federal no estado aderiram ontem à greve da categoria, que já atinge o Distrito Federal e o Mato Grosso, informou o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (Sintrajud). Hoje haverá um ato na Avenida Paulista. A paralisação em São Paulo é considerada essencial pelos sindicalistas para fortalecer o movimento.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma endurece com grevistas</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**O governo está disposto a endurecer na negociação com os funcionários públicos federais, muitos em greve há mais de cinquenta dias. A presidente Dilma Rousseff autorizou a assinatura dos primeiros convênios com São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná a fim de substituir servidores federais em greve por funcionários estaduais e municipais assemelhados, conforme permite decreto baixado por ela no fim de julho.**

Segundo o secretário geral da Presidência da República, ministro Gilberto Carvalho, a prioridade do governo é "usar o espaço fiscal para cuidar do emprego daqueles que não têm estabilidade". Mas para ele o diálogo com os grevistas não está fechado: "Temos, ao longo de agosto, possibilidade de vir a discutir e apresentar propostas, o que faremos"

**Dilma pressiona para substituir servidores em greve nos Estados**

**Por Raymundo Costa | De Brasília**

A presidente Dilma Rousseff passou do discurso à prática e determinou a assinatura dos primeiros convênios com São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná a fim de substituir servidores federais em greve por funcionários estaduais e municipais, conforme permite decreto baixado por ela no fim de julho. A avaliação do Palácio do Planalto é que o decreto 7.777 do dia 24 de julho - e que permitia a substituição dos servidores em greve por temporários ou funcionários estaduais e municipais - na prática, ainda não funcionou, apesar de algumas portarias assinadas pelos respectivos **Ministérios**.

A ordem no **Governo Federal** é endurecer com os grevistas, mas a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, acenou com uma proposta aos servidores, na próxima semana. "Iniciamos o ano com uma perspectiva econômica melhor, mas ao longo do ano foi piorando. O governo teve que refazer seus cálculos", disse a ministra.

O ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, disse que prioridade é "usar o espaço fiscal para cuidar do emprego daqueles que não têm estabilidade". Segundo ele, o diálogo não está fechado. "Temos, ao longo de agosto, a possibilidade de vir a discutir e apresentar

propostas, o que faremos. Mas temos a responsabilidade de fazer na hora em que tivermos segurança da proposta", afirmou, ao deixar a Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, em Brasília, onde foi vaiado por parte do auditório.

A tensão na negociação ficou clara ontem em frente ao **Ministério** do Planejamento. Cerca de 500 manifestantes, representando 23 carreiras típicas de Estado, criticaram a "intransigência" do governo nas negociações de reajuste salarial. Os manifestantes criaram até um neologismo para criticar a postura da presidente: "Dilmadura." A Esplanada dos **Ministérios** praticamente parou com novas adesões ao movimento na Secretaria do Tesouro, Receita Federal e até na Controladoria-Geral da União (CGU).

Até ontem, eram 36 categorias em greve em todo o país, num total de mais de 350 mil servidores. No Palácio do Planalto auxiliares da presidente reagiram quando jornalistas avisaram sobre os conflitos no canteiro de obras da refinaria Abreu Lima, em Pernambuco: "Épa, esse aí é iniciativa privada."

Carvalho argumenta que é preciso considerar o momento de crise internacional para "darmos passos seguros". "A responsabilidade nossa é muito maior neste momento", disse o ministro, encarregado de lidar com os movimentos sociais. O governo, segundo Carvalho, entende que há carreiras no serviço público que precisam de correções. O ministro citou como exemplo a proposta de reajuste oferecida aos professores de ensino universitário. "Nós temos sensibilidade para isso", afirmou.

A situação, de acordo com o secretário-geral da Presidência da República, é especial e, por isso, a presidente foi "enfática" ao dizer que o governo quer aplicar a sobra fiscal no "processo de isenção, de estímulo à **produção** para garantir o trabalho daqueles que, amanhã ou depois podem ser demitidos".

A vigilância sanitária e o **Ministério** da Agricultura saíram na frente nas providências para substituir servidores, mas os convênios em relação a órgãos da Fazenda e da Justiça também já estão encaminhados. "Tenho certeza que os

policiais garantirão as atividades essenciais, como já vêm fazendo", disse o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Segundo balanço divulgado pela Federação Nacional dos Agentes da Polícia Federal (Fenapf), a adesão à paralisação atinge 80% dos policiais, chegando a 100% no Distrito Federal. "O governo não pode ser irresponsável", disse o ministro. A situação é dramática nos portos. As principais categorias que operam os terminais está parada: policiais federais, servidores da Receita Federal e técnicos da vigilância sanitária, entre outros funcionários da União.

A greve dos fiscais agropecuários já reduziu o número de fiscalizações em contêineres de 1.200 para 80 por dia. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que pelo menos 70% dos servidores da Anvisa devem permanecer nos postos de trabalho. Os líderes sindicais agora ameaçam paralisação total - dizem que 30% do pessoal estava trabalhando até agora.

Uma portaria publicada pelo ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, avaliza a chamada de funcionários estaduais e municipais, desde que "verificada a iminência de danos à saúde, ao abastecimento público e à economia do país, colocados em risco em razão da paralisação das atividades de defesa, vigilância, inspeção e fiscalização agropecuária em decorrência da decretação de greve".

A Polícia Rodoviária Federal reforçou ontem a fiscalização nas estradas de diversos Estados, gerando longos trechos de congestionamento. A operação-padrão faz parte do movimento de greve parcial dos servidores públicos federais, em vigor há quase 50 dias.

O empresário Robson Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), aproveitou a Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente para defender a modernização das relações de trabalho. Para ele, o governo deve ampliar o debate com empresários e líderes sindicais para modernizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, afirmou que os empresários precisam "se modernizar" e criticou as decisões recentes tomadas pelos governos europeus, de cortar os salários de servidores públicos. "Não tentem fazer isso aqui no Brasil", disse Freitas, aplaudido por servidores em greve. (Colaboraram Lucas Marchesini, Tarso Veloso e João Villaverde, de Brasília, Fernanda Pires, de Santos, e Luiz Henrique Mendes, de São Paulo)

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Programa Selo Amazônico instala comitê gestor, no AM</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Idealizado pela Suframa, executado pela Fucapi e implementado pelo Inmetro, o Programa pretende certificar produtos manufaturados de maneira sustentável**

**Manaus, 08 de Agosto de 2012**

**ACRITICA.COM**

Representantes dos órgãos estaduais de metrologia e qualidade industrial, os denominados institutos de pesos e medidas dos estados da Amazônia Legal, se reúnem nesta quinta-feira (9), no auditório Floriano Pacheco, da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), no Distrito Industrial, Zona Centro-Sul de Manaus, para a instalação do Comitê Gestor do Programa de Avaliação da Conformidade para Produtos Manufaturados com Matéria-Prima da Amazônia Brasileira, o Selo Amazônico.

Idealizado pela Suframa, executado pela Fucapi e implementado pelo Inmetro, o Programa pretende certificar produtos manufaturados de maneira sustentável e com matéria-prima da região Amazônica, por meio de um selo único, agregando valor ao produto regional.

“Já confirmaram presença os representantes dos institutos de pesos e medidas dos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão, além dos representantes do Sebrae Nacional, de Rondônia e do Amazonas. Será apresentado o status do programa e as minutas dos regimentos internos já elaborados, para então oficializar a instalação do Comitê Gestor e das Comissões Estaduais do Programa”, explicou a coordenadora do Selo Amazônico pela Fucapi, Hyelen Gouvea.

A proposta é que as Comissões Estaduais ficarão responsáveis pela implementação dos planos de ação para atender as demandas por certificações de produtos, no âmbito do Programa Selo Amazônico, nos respectivos estados da Amazônia Brasileira, além de organizar os grupos de

trabalho e encaminhar as propostas ao Comitê Gestor do Programa.

“Nessa primeira reunião existe a expectativa de que os representantes dos estados indiquem demandas de produtos regionais com potencial de certificação. Além disso, será elaborado um calendário dos próximos encontros do Comitê para continuidade dos trabalhos, visando o atendimento as demanda dos estados. Sabemos do imenso potencial dos produtos da Amazônia devido sua grande repercussão no cenário mundial atribuídos aos seus valores naturais e ambientais. Com essa articulação e integração de ações institucionais, o Selo Amazônico entra agora em uma nova fase para a certificação dos produtos amazônicos”, analisou.

#### **Implantação**

O Selo Amazônico é uma proposta de certificação ligada ao monitoramento de requisitos de segurança, qualidade, impacto social e ambiental, desenvolvimento econômico e procedência de produtos manufaturados com matéria-prima da Amazônia Brasileira, na qual tenham parte ou todo o processo produtivo instalado na região, pretendendo ser um instrumento oficial de reconhecimento da qualidade do produto oferecido, por meio da certificação voluntária.

A Fucapi vem atuando em parceria com a Suframa no Programa de certificação de produtos da Amazônia Brasileira desde agosto de 2009.

Em 28 de julho de 2011 foi firmado o Termo de Cooperação Técnica entre o Inmetro e Suframa para o desenvolvimento e implementação do Programa.